

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES- PARFOR

ELEM PATRÍCIA MONTEIRO
JUCINEIDE DA COSTA LEAL

**AS AVENTURAS DE EDUCANDOS NOS CAMINHOS DA
ESCOLA, PELAS MATAS E RIOS DA AMAZÔNIA: DESENHOS E
IMAGENS DOS DESAFIOS PARA ESTUDAR NA ESCOLA
MUNICIPAL SANTO ANDRÉ, EM ANAJÁS/PA**

Macapá/AP
2017

**AS AVENTURAS DE EDUCANDOS NOS CAMINHOS DA
ESCOLA, PELAS MATAS E RIOS DA AMAZÔNIA: DESENHOS E
IMAGENS DOS DESAFIOS PARA ESTUDAR NA ESCOLA
MUNICIPAL SANTO ANDRÉ, EM ANAJÁS/PA**

ELEM PATRICIA PUREZA MONTEIRO

JUCINEIDE DA COSTA LEAL

Trabalho de conclusão de curso na modalidade Artigo científico, elaborado como pré-requisito Final à integralização do Curso de Licenciatura Em Pedagogia/PARFOR, para obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia, pela Universidade Federal do Amapá.

Data da aprovação: 10/ 07/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ms Ana Claudia Peixoto de Cristo Leite

Orientadora

Prof. Ms Almiro Alves de Abreu

Membro

Prof.^a Dra. Ilma. de Andrade Barleta

Membro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

370

M757a Monteiro, Elem Patrícia .

As aventuras de educandos nos caminhos da escola, pelas matas e rios da amazônia: desenhos e imagens dos desafios para estudar na Escola Municipal Santo André, em Anajás/PA / Elem Patrícia Monteiro, Jucineide da Costa Leal; orientadora, Ana Claudia Peixoto de Cristo Leite. – Macapá, 2017.

29 p.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do curso de Pedagogia.

AS AVENTURAS DE EDUCANDOS NOS CAMINHOS DA ESCOLA, PELAS MATAS E RIOS DA AMAZÔNIA: DESENHOS E IMAGENS DOS DESAFIOS PARA ESTUDAR NA ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANDRÉ, EM ANAJÁS-PA

Elem Patrícia Pureza Monteiro¹
Jucineide da Costa Leal²
Ana Claudia Peixoto de Cristo Leite³

RESUMO

Este artigo fez uma abordagem sobre as dificuldades enfrentadas por estudantes das comunidades rurais da Amazônia Paraense devido à falta e/ou precariedades de transporte escolar para as crianças ribeirinhas, estabelecendo as conexões com o processo de ensino-aprendizagem dos educandos da Escola Municipal Santo André, Anajás-PA. O estudo teve como objetivo investigar as implicações sofridas no processo de ensino-aprendizagem dos educandos em virtude das dificuldades enfrentadas no trajeto até a Instituição escolar. A investigação foi realizada na Escola Municipal Santo André, através de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso. Teve como instrumento de coleta de dados a observação, entrevista com três professores, imagens e desenhos dos alunos de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. As aproximações conclusivas evidenciam que os alunos enfrentam inúmeros desafios para chegar à escola, percorrendo longas distâncias com bicicletas, embarcações que não apresentam os requisitos de segurança exigidos para o transporte de estudantes e a pé, pela floresta, sujeitos a ataques de animais. Mediante a essa situação, o processo de ensino-aprendizagem de qualidade fica comprometido, pois as crianças chegam à escola exaustas, cansadas e desmotivadas; além disso, muitas delas faltam às aulas pela ausência do transporte escolar. Portanto, os docentes têm dificuldades de desenvolver suas práticas educativas de maneira que possam assegurar todas as condições necessárias para a aprendizagem das crianças.

Palavras-chave: Transporte Escolar. Ensino-Aprendizagem. Dificuldades de acesso.

ABSTRACT

This article approached the difficulties faced by students from the rural communities of the Paraense Amazon due to the lack and/or precariousness of school transportation for the riverside children, establishing the connections with the teaching-learning process of the students of the Santo André Municipal School, Anajás-PA. The objective of the study was to investigate the implications of the teaching-learning process of the students, due to the difficulties they faced on the way to the school institution. The research was carried out at the Municipal School of Santo André, through a qualitative research, of the case study type. It had as an instrument of data collection the observation, interview with three teachers, images and drawings of students from 1st to 5th year of Elementary School. The conclusive approximations show that students face numerous challenges to reach the school, traveling

¹Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia/Parfor, professora do município de Anajás/PA nas séries iniciais, do ensino fundamental.

²Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia/Parfor, professora do Município de Laranjal do Jari/AP nas séries iniciais, do ensino fundamental.

³ Professora da Universidade Federal do Amapá, doutoranda em Educação, coordenadora do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão: Educação, Saberes e Cultura do Campo na Amazônia-ESACAM.

long distances on bicycles, vessels, which do not meet the safety requirements for the transport of students, and on foot, subject to attacks by animals in the forest. Through this situation, the quality of the teaching/learning process is compromised, as children arrive at school exhausted, tired and unmotivated; beyond that, many of them are absent due to lack of school transportation. Therefore, teachers have difficulties to develop their educational practices in a way that can ensure all the necessary conditions for the children's learning.

Keywords: School transportation. Teaching-Learning. Difficulties in access.

INTRODUÇÃO

O acesso de inúmeras crianças à escola só é possível através do transporte escolar. Ele representa um dos serviços mais importantes e essenciais para que os alunos possam pleitear um dos seus direitos fundamentais que é garantido na Constituição Federal de 1988: o acesso à educação e a inclusão social. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/9394-96) é definido que os estados e municípios devem ser responsáveis pelo transporte escolar das crianças que estudam na rede pública de ensino. O Governo Federal por sua vez, é o responsável por prestar assistência técnica e financeira aos estados e municípios para que esse direito seja garantido.

Porém, a garantia dos direitos instituídos legalmente está limitada pelas profundas desigualdades econômicas e sociais existentes entre as diferentes regiões brasileiras. Isto configura a falta de oportunidades a todos os cidadãos brasileiros, cerceando o exercício de muitos dos direitos fundamentais do cidadão, pois nas regiões mais pobres do país as carências são maiores, principalmente, nas comunidades rurais. Nestas, grande parte da população não tem acesso a saúde e educação de qualidade, que perpassa pela garantia do acesso e permanência na escola.

As políticas de transporte escolar vêm ganhando centralidade nas discussões educacionais, pois ainda é grande o número de alunos que precisam do transporte para ter acesso à escola. Porém, é notório que muitas crianças que vivem em comunidades rurais da Amazônia Paraense ainda não dispõem deste direito e, por esse motivo, têm que construir seu percurso educativo enfrentando inúmeras dificuldades para chegar à escola. No entanto, nas escolas localizadas nas comunidades ribeirinhas da Ilha do Marajó há uma realidade muito peculiar: para terem acesso à escola, muitos alunos enfrentam grandes dificuldades, percorrendo longas distâncias a pé, de bicicleta ou através de embarcações que, muitas vezes, não oferecem condições mínimas de segurança e conforto aos estudantes.

A educação ribeirinha é cheia de peculiaridades, sendo que, para efeito de pesquisa na área educacional, apresenta um universo de temas que podem fornecer riquíssimas informações pertinentes à conjuntura educacional. Nesse sentido, esta pesquisa se reveste de grande relevância para a sociedade, pois muitas pessoas desconhecem as dificuldades enfrentadas pelos educandos das comunidades ribeirinhas nos transportes escolares. Apesar de esse serviço ser garantido por lei e ser apresentado pela mídia televisiva como um grande avanço, no tocante à promoção do acesso à escola, pouco se mostra as condições reais de sua oferta, que em grande medida contraria as determinações e orientações de segurança e qualidade exigidas dos condutores e dos meios de transportes utilizados pelos estudantes.

A escolha da temática surgiu a partir da disciplina Educação do Campo II, ofertada no Curso de Licenciatura em Pedagogia (PARFOR). Os conhecimentos adquiridos na mesma sobre a realidade das escolas do campo, principalmente na Amazônia, despertaram um olhar mais crítico e observador para as questões que envolvem a educação em comunidades ribeirinhas. Estes conhecimentos se somam às experiências adquiridas na docência, nas séries iniciais do Ensino Fundamental, por meio do convívio diário com os problemas que envolvem a falta de transporte escolar. Esses fatores, em grande medida, contribuem para evasão escolar e dificultam o desempenho dos educandos, tendo em vista que, para terem acesso à escola, muitos enfrentam grandes distâncias a pé ou em veículos que muitas vezes não oferecem condições mínimas de segurança, colocando em risco a própria saúde e a vida.

A pesquisa se revela de grande importância no âmbito acadêmico, pois poderá ser um novo mecanismo de comunicação e socialização das questões que envolvem o transporte escolar nas comunidades rurais, apontando reflexões que possam subsidiar uma análise mais detida sobre a oferta de transporte escolar na Amazônia Paraense, bem como problematizar as implicações que as dificuldades enfrentadas pelos educandos no trajeto até a escola ocasionam ao processo de ensino-aprendizagem.

Mediante ao exposto, considerou-se pertinente aprofundar o tema da investigação e elencou-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: *quais são as implicações sofridas no processo de ensino-aprendizagem dos educandos da Escola Municipal Santo André, Anajás-PA, em virtude das dificuldades enfrentadas no trajeto até a Instituição Escolar?* Para elucidar a questão proposta instituiu-se como objetivo investigar as implicações sofridas no processo de ensino-aprendizagem dos educandos da Escola Municipal Santo André, Anajás-PA, em virtude das dificuldades enfrentadas no trajeto até a Instituição Escolar.

Espera-se que, através desta produção, outros estudos possam surgir com a intenção de aprofundar o assunto ou buscar outras vertentes que contribuam para a produção do conhecimento sobre os aspectos ligados à educação ribeirinha nas comunidades rurais da Amazônia Paraense, tais como: o transporte escolar; o processo de ensino-aprendizagem; a formação do professor; a avaliação; dentre outros.

Esta produção se fundamenta na afirmação de Freire (1996) de que o mundo é inacabado e os seres humanos são seres inconclusos. Portanto, os conhecimentos e interpretações construídos nesta investigação são provisórios, sendo que remetem ao momento e ao contexto da pesquisa. Ancora-se na denúncia de uma realidade que oprime os estudantes, pelas condições que são submetidos ao enfrentarem inúmeras dificuldades para chegar à escola. Porém, como o mundo é construído historicamente, esta investigação é movida pela utopia de construção de uma nova realidade, em que os estudantes possam dispor de todas as condições que lhes possibilitem ter um percurso educativo de qualidade.

1 CAMINHOS INVESTIGATIVOS: LOCUS DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O *locus* da pesquisa foi o município de Anajás, pertencente à mesorregião do Marajó. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou sua população no último censo populacional (2016) em 28.012 habitantes com uma densidade demográfica de 4,05 habitantes por km². Segundo a Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação de Vigilância Epidemiológica (2010), o Território de Anajás é composto por 115 ilhas e 150 comunidades rurais; esses números demonstram o imenso potencial hidrográfico que o município possui, recortado por rios, igarapés e furos que se espalham por toda essa parte do território marajoara.

A pesquisa foi realizada na comunidade Santo André: o acesso da sede do município para essa localidade é feito por via fluvial, no qual são utilizados barcos, com duração de 4 horas de viagem, ou rabetas (canoas motorizadas) com o tempo reduzido de 2 horas de viagem. Nessa comunidade existem onze domicílios, com 45 habitantes, que são agricultores familiares, extrativistas e pescadores; suas principais fontes de renda são o extrativismo do açaí, a fabricação de palmito de açaí, a produção da farinha de mandioca e a pesca do peixe e do camarão.

Cristo (2007), ao se referir às especificidades das populações marajoaras, menciona que, ao se tratar da educação nesse território, exige-se um olhar que considere tanto os fatores

históricos e socioculturais quanto os educacionais. Isto porque eles refletem os contextos heterogêneos da Amazônia, implicando uma análise sobre a dinâmica e lógica que se estabelece nas políticas educacionais destinadas ao atendimento dos direitos de educação aos sujeitos da Amazônia que vivem no meio rural.

O Município de Anajás possui várias escolas rurais, dentre elas a Escola Municipal Santo André, que fica localizada às margens esquerda do Igarapé Zinco. A instituição educacional foi fundada no ano de 1979 e homenageia o santo padroeiro da comunidade. A mesma possui dezesseis funcionários, sendo: sete professores, três auxiliares de serviços gerais, quatro condutores de alunos, uma coordenadora e uma diretora. Atende um quantitativo de 145 alunos, da Educação Infantil e Ensino fundamental, funcionando em dois turnos (manhã e tarde), os alunos são oriundos da comunidade e de outras localidades que ficam nos redores.

Este estudo foi realizado através da abordagem da pesquisa qualitativa, por preocupar-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais buscando descrever, compreender e explicar as nuances que envolvem o processo de ensino-aprendizagem. André e Ludke (1998), destacam que a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador o contato direto com o local investigado, através da pesquisa de campo, oferecendo dados da realidade com riquezas de descrições, seja do ambiente em geral ou do objeto estudado. De acordo com Minayo (1994, p. 21-22), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significativos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”.

Como procedimento metodológico foi utilizada a pesquisa de campo, que se caracteriza pelas investigações em que se realiza a coleta de dados junto às pessoas, com recursos de diferentes tipos. Nesse sentido, para buscar as possíveis respostas ao questionamento inicial foram utilizadas entrevistas e observação participante, que consistiu no acompanhamento dos alunos durante o trajeto até a escola.

A investigação foi realizada durante um ano, porém de forma mais concentrada nos meses de outubro e novembro de 2016 e nos meses abril e maio de 2017, por coincidirem com o período de grandes cheias, no inverno e durante a intensidade do sol no verão, com o intuito de demonstrar como se configura o transporte escolar nesses dois períodos distintos.

As imagens foram utilizadas na investigação para capturar o percurso realizado pelos educandos. Já desenhos que as crianças⁴ produziram auxiliaram na demonstração e interpretações que possuem sobre o transporte escolar e a respeito do trajeto que fazem até chegar à escola. Para Kossoy (1998, p. 44), “será no oculto da imagem fotográfica, nos atos e nas circunstâncias à sua volta, [...] que se encontra a senha para decifrar o seu significado. Resgatando o ausente da imagem compreendemos o sentido do aparente, sua face visível”. A utilização das imagens e dos desenhos apresentam diversos sentidos e interpretações sobre a realidade investigada. Bossi (1988, p. 78) afirma que “o olhar não é apenas dirigir os olhos para perceber o ‘real’ fora de nós. É, tantas vezes, sinônimo de cuidar, zelar, guardar, ações que trazem o outro para a esfera dos cuidados do sujeito: olhar por uma criança, olhar por um trabalho, olhar por um projeto [...]”.

As entrevistas, que foram realizadas com três professores da escola⁵, constituíram-se em uma técnica de interação social que se deu através do diálogo, em que as pesquisadoras buscaram obter dados e informação do objeto de estudo junto aos educadores que convivem cotidianamente com os estudantes. De acordo com Moreira (2002, p. 54), a entrevista pode ser definida como “uma conversa entre duas ou mais pessoas com um propósito específico em mente. As entrevistas são aplicadas para que o pesquisador obtenha informações que provavelmente o entrevistado tem”.

Conforme afirma Minayo (2007), o conhecimento científico possui grande relevância para a humanidade, sendo que através dele buscam-se explicações para as indagações humanas. Assim, compreende-se a enorme responsabilidade em explicar os fenômenos que são investigados, requerendo seriedade e compromisso com as análises e interpretações que são construídas a partir de todos os instrumentos utilizados na investigação.

2 POLÍTICAS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO BRASIL: BREVE CONJUNTURA

O transporte escolar é um direito dos alunos que estudam distante de suas casas, sendo dever dos estados e dos municípios garantir um veículo de qualidade e gratuito para os educandos da rede pública de ensino. Ele exerce um importante papel na vida de todos os estudantes, especificamente o transporte escolar do campo, sendo imprescindível como uma das formas de acesso e permanência desses discentes ao ambiente escolar. Segundo Moura e Cruz (2013), diante da necessidade de garantir acesso, permanência e padrão de qualidade à

⁴ Os alunos que produziram os desenhos foram identificados a partir de suas séries.

⁵ Denominados: Professor 1, Professor 2 e Professor 3.

educação pública, os entes federados, ao longo dos anos, vêm desenvolvendo diferentes políticas públicas e programas educacionais, dentre os quais se destacam os destinados ao atendimento do transporte escolar.

O ponto de partida para a implantação de programas suplementares foi a Constituição Federal de 1988, que assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação. O art. 206, inciso I, garante que haverá igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, sendo complementado pelo artigo 208, inciso VII, que garante o atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Afirmado pela Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) se configura como outro instrumento importante, assegurando como dever do poder público o direito à educação da criança e do adolescente no âmbito dos princípios da prioridade absoluta. Estes direitos já estavam presentes na Constituição Brasileira de 1988 (Art. 227), por meio dos quais a criança e o adolescente são vistos como sujeitos de direitos. O estatuto da Criança e do Adolescente assegura outros direitos educacionais, por exemplo, o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (Art. 53). Dessa forma, quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade.

Para assegurar o transporte escolar gratuito aos alunos da rede pública de ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) incumbiu aos Estados e Municípios a responsabilidade do transporte escolar aos alunos de sua rede de ensino, sendo permitida e facultada a parceria e a cooperação entre os entes federados. O transporte escolar é fundamental para facilitar o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas, contribuindo para o desenvolvimento da educação nacional, pois, além de melhorar a frequência escolar, faz com que eles permaneçam nas escolas, sendo um dos direitos mais relevantes do aluno das comunidades rurais.

A falta de transporte escolar corresponde a uma discriminação de uma população em relação à outra, pois o transporte é o único meio para dar oportunidades de educação equivalentes às que são oferecidas à população urbana. Já a ausência do mesmo nas comunidades rurais causa desigualdade entre as populações rural e urbana, pois dificulta a permanência dos alunos na escola e influencia no seu aprendizado, sendo que para muitos o transporte é o único meio de acesso ao ambiente escolar (GEIPOT, 1999).

O Governo Federal e os demais entes federados vêm desenvolvendo políticas, programas e ações educacionais, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com o intuito de combater ou pelo menos amenizar as desigualdades existentes entre regiões, estados e municípios brasileiros. Isto porque o Brasil é fortemente marcado pelas peculiaridades entre as cinco regiões, por isso é fundamental que o Governo Federal, na execução de suas políticas, programas e ações, considere os indicadores sociais de cada região com a finalidade de atender as reais necessidades da população beneficiada. De acordo com Dourado (2005, p. 12),

O Brasil apresenta uma estrutura educacional descentralizada e fortemente marcada por disparidades entre as cinco regiões que o compõem (norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste). Desse modo, os indicadores educacionais retratam esse processo desigual e combinado e requerem políticas e gestões para a educação que considerem esse cenário na busca de alternativas e proposições educativas.

A política do transporte escolar foi instituída no Brasil com o propósito de atender as disparidades sociais e necessidades educacionais; isto foi feito através de implantação de três programas, no âmbito do Ministério da Educação (MEC): o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa Caminho da Escola.

O PNTE foi o primeiro programa instituído, sendo que teve sua origem pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e era uma modalidade de assistência financeira voluntária. Para conseguir convênio entre o Governo Federal, Estados e Municípios, tinha que ser elaborado um Plano de Trabalho Anual, que passava por uma análise feita pelo Conselho Deliberativo do FNDE. Segundo Castro (1997), em análise da política de transferência voluntária nos anos de 1980, “embora houvesse critérios técnicos/burocráticos do FNDE divulgados, prevaleceu ‘pragmatismo político’ na seleção final dos projetos, em que o maior peso era dado ao ‘patrocínio’ dos pleitos efetuados por parlamentares, altos burocratas e dos dirigentes locais e regionais”. Dessa forma, não se levava em consideração a qualidade dos Planos de Trabalho Anuais elaborados pelos municípios ou as necessidades dos pleiteantes, o que prevalecia eram os intervenientes político-partidários, sendo determinantes na distribuição dos recursos. Como os programas de assistência financeira voluntária sofriam muitas intervenções político-partidárias, aumentaram as políticas de assistência financeira automática, inclusive para o transporte escolar.

Assim, o PNTE passou a ser direcionado exclusivamente para as Organizações Não-Governamentais (ONGs), sem fins lucrativos, mantenedoras de escolas de Ensino Fundamental especializadas em atender alunos com necessidades educacionais especiais residentes em áreas rurais e urbanas (BRASIL, 2008). O PNTE foi extinto em 2007, tendo início o Programa Caminho da Escola, modalidade de assistência financeira criada por meio da Resolução nº 3, do Conselho Deliberativo do FNDE, de 28 de março de 2007. Esse Programa consiste na concessão de linha de crédito especial aos estados e municípios para aquisição de ônibus, micro-ônibus e de embarcações novas, através de contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) foi instituído pela Lei nº 10.880/04, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência dos alunos do Ensino Fundamental público que habitam na zona rural e utilizem o transporte escolar. O PNATE no início não atendia todas as modalidades de ensino, mas diante da publicação da Medida Provisória nº 455/2009, que se transformou na Lei nº 11.947 em 16 de junho do mesmo ano, passou a beneficiar todos os estudantes da educação Básica, abarcando também os residentes na zona rural.

O financiamento do PNATE é realizado pelo FNDE por meio de assistência financeira automática, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. A transferência dos recursos ocorre de forma descentralizada e automática, sem necessidade de convênio financeiro, em nove parcelas anuais; tem como base de cálculo o número de alunos do Ensino Básico público residente em área rural, conforme informações do Censo Escolar do ano anterior.

De acordo com a Secretaria de Educação do Município⁶ (SEMED) de Anajás, o PNATE é o único programa ativo no momento que dá suporte ao transporte escolar aos estudantes residentes em áreas ribeirinhas. Atualmente, o município dispõe de 306 condutores contratados que utilizam suas embarcações para conduzir os alunos até suas referidas escolas. Porém, segundo o responsável pelo transporte escolar, o recurso do PNATE não está suprimindo as necessidades do município; por esse motivo, eles estão utilizando verbas de outros recursos para ajudar a custear o transporte escolar.

⁶ Informações fornecidas pelo secretário de Transporte Escolar no Município de Anajás/ PA.

3 AS AVENTURAS DAS CRIANÇAS PELAS ÁGUAS E MATAS DA AMAZÔNIA PARAENSE PARA CHEGAR À ESCOLA SANTO ANDRÉ EM ANAJÁ-PA

A Amazônia Paraense possui inúmeras peculiaridades, sendo constituída por inúmeras variedades de animais e plantas uma biodiversidade que apresentando características que a difere de outros territórios. Nela, vários grupos humanos produzem cultura, saberes, práticas vivenciais, costumes e tradições: sua diversidade humana é constituída de caboclos, ribeirinhos, indígenas, extrativistas, agricultores, quilombolas, pescadores e muitos outros sujeitos. Nesse contexto, destaca-se a Ilha de Marajó que, de acordo com Cristo (2007, p. 41)

[...] se apresenta como um cenário encantador pela sua biodiversidade e pela riqueza cultural de seu povo, constitui um dos mais ricos territórios do país em termos de recursos hídricos e biológicos. Seus cenários, sua história, seus aspectos sociais, econômicos e políticos; a cultura e a educação de seu povo conferem ao arquipélago marajoara, múltiplas faces, um território diverso que possui uma imensa pluralidade em suas práticas culturais e sociais, expressão tanto de riquezas quanto de pobreza.

As populações rurais ribeirinhas de Anajás se constituem muitas vezes de pequenas comunidades, que se iniciam a partir da organização social familiar, que constroem seus modos de vida na terra, nas florestas e nos rios, esses elementos ditam o ritmo de vida e de trabalho nessas localidades. Em muitas delas a presença do Estado se faz, unicamente, pela existência da escola.

Na comunidade investigada a educação é promovida na Escola Municipal Santo André, que devido a sua localização geográfica no município é considerada de difícil acesso. Portanto, a Secretaria Municipal de Educação de Anajás provém o transporte escolar para atender as crianças das comunidades, que ficam no entorno da escola. Entretanto, o transporte escolar ribeirinho assume particularidades em razão das características geográficas do lugar e da distribuição dispersa da população rural ribeirinha, que vive em pequenas ilhas.

Ao se tratar do transporte escolar na comunidade é necessário considerar dois períodos, o das chuvas e o de sol. No período de chuvas (inverno), os igarapés enchem e o único meio de transporte são as embarcações, pequenas canoas motorizadas, denominadas de rabetas; elas são conduzidas por seus proprietários e alugadas pela SEMED para realizar o transporte escolar nas comunidades rurais.

Ao observar as imagens verifica-se que as embarcações não possuem coberturas nem grades laterais, e os alunos não utilizam boias salva-vidas. Percebe-se também que somente alguns estudantes possuem uma sombrinha para se protegerem do sol e da chuva; às vezes, verdadeiras tempestades. Em uma das imagens pode vista uma criança no comando do motor:

sabe-se que ela corre grande risco de se acidentiar ou virar a embarcação, pois o motor é bem pesado e a rabeta é pequena para o número de alunos que carrega.

Imagem 1 – Alunos chegando à escola



Fonte: Arquivo particular das pesquisadoras, 2017.

Imagem 2 – Alunos saindo da escola



Fonte: Arquivo particular das pesquisadoras, 2017.

Porém, o Ministério da Educação estabelece que as embarcações devem seguir as normas de segurança destacadas abaixo.

É obrigatório o uso, por todos os alunos, de boias salva-vidas. A embarcação, motorizada ou não, deverá estar registrada na Capitania dos Portos, e a autorização para trafegar, exposta em local visível. A embarcação deverá possuir: Cobertura para proteção contra o sol e a chuva; Grades laterais para proteção contra quedas. A embarcação deverá ser de boa qualidade e não ter mais de sete anos de uso (MEC/INEP, 2005, p. 11).

Nesse sentido, para realizar o transporte escolar as embarcações devem estar adequadas às normas de segurança, precisam ter coletes salva-vidas, coberturas, autorização e capacitação dos condutores feita pela Capitania dos Portos (BRASIL, INEP, 2005), garantindo que as crianças não estarão vulneráveis a acidentes e a situações que possam lhes oferecer perigo e/ou risco de vida nos rios e igarapés por eles percorridos.

Imagem 3 – Alunos em seu trajeto até a escola

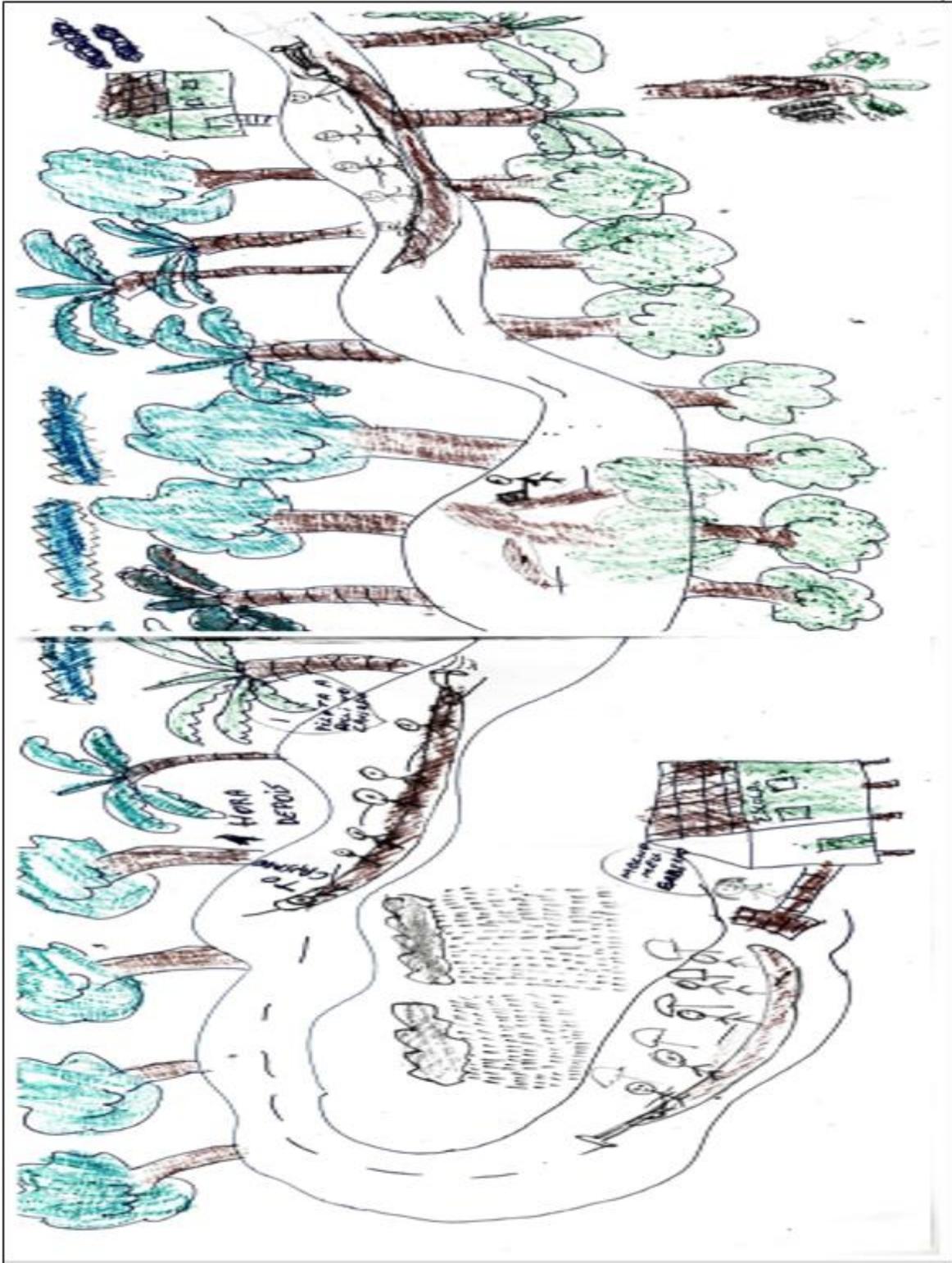


Fonte: Arquivo particular das pesquisadoras, 2017.

Na imagem 3 a embarcação está com excesso de lotação, com um número de 21 alunos. Porém, algumas vezes, essa condutora chega a transportar 26 estudantes em uma única viagem até a escola, demonstrando a contradição entre as orientações demandas pelo Ministério da Educação com relação ao Transporte Escolar e à realidades dos alunos.

Os alunos que não dispõem de transporte escolar ofertado pelo município utilizam suas próprias embarcações, as rabetas, que não possuem a mínima segurança. O desenho abaixo, produzido por um estudante do 5º ano, retrata o percurso que ele faz para chegar à escola, que dura em média uma hora e meia. Esse tempo se multiplica pelas inúmeras dificuldades que eles passam para chegar à escola, conforme pode ser observado no desenho a seguir.

Desenho 1 – Aluno em seu trajeto para a escola



Fonte: Aluno do 5º ano, 2017.

Diante do desenho é possível observar a descrição minuciosa, do percurso até a escola. Ele demonstra que são os próprios alunos que pilotam a rabeta, que cortam galhos de árvores atravessados no igarapé e que para se proteger da chuva, utilizam sombrinhas.

Essas dificuldades são afirmadas pelos docentes. A esse respeito, o professor 1 mencionou:

No primeiro semestre, início das aulas, eles utilizam a rabeta, eles mesmo que conduzem a rabeta deles [embarcação movida a motor muito comum em comunidades ribeirinhas da Amazônia]. Eles saem de suas casas 05hs da manhã, eles fazem um trajeto de sua residência até uma localidade por um igarapé estreito, depois entram no igarapé zinco para chegarem à escola Santo André.

Já o professor 2 falou:

No primeiro semestre, de março a junho, que se dá no período chuvoso, eles vêm de rabetinha acompanhados de suas mães ou de seus irmãos mais velhos. Saem de suas casas as 05hs da manhã e chegam na escola por volta de 07hs da manhã, eles vêm por um igarapé bem estreito, como pela manhã os trabalhadores vão tirar açaí e palmito, tem aquele vai e vem de rabetas e pelo igarapé ser muito estreito e as curvas arriscadas. Isso já aconteceu deles se alagarem e chegarem todos molhados, sem contar na chuva que eles pegam.

A esse respeito, Almeida (2010) menciona que a atuação dos docentes nesse contexto também se configura como um desafio, pois fazem a educação acontecer, criando condições para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem em um espaço no qual o rio e a floresta são as bases da economia, da cultura e do lazer.

O período considerado inverno dura todo o primeiro semestre, no qual os alunos se deparam diariamente com várias situações desafiadoras. Se esses estudantes não possuem combustível para seus transportes, eles utilizam caminhos que são inadequados ao tráfego de pessoas e não oferecem segurança ao serem percorridos.

No trajeto para a escola são expostos a inúmeros perigos: o caminho é fechado por árvores e fica alagado no período das chuvas. A esses fatores acrescenta-se a possibilidade dos estudantes serem atacados por animais ferozes ou peçonhentos, tais como cobras, escorpiões, aranhas, dentre outros. As crianças que se aventuram por esses caminhos, se embrenhando na mata, com os pés descalços, cortando galhos e manuseando o facão para abrir espaço para sua passagem, conforme pode ser visto nas imagens a seguir.

Imagem 4 – Alunos em seu trajeto até a escola



Imagem 5 – Alunos voltando para suas casas



Fonte: Arquivo particular das pesquisadoras, 2017. Fonte: Arquivo particular das pesquisadoras, 2017.

Essa situação vivenciada pelos estudantes contribui para o cansaço e a exaustão, que comprometem o desenvolvimento físico e mental da criança e do adolescente. Ao final da viagem há meninos e meninas fisicamente indispostos para realização de qualquer atividade, inclusive com dores musculares, resultado das longas distâncias percorridas e dos obstáculos enfrentados cotidianamente.

No segundo semestre do ano, quando começa o verão, as chuvas cessam e fica difícil o tráfego de embarcações, pois a água do igarapé fica bem baixa. Assim, a via terrestre passa ser a mais utilizada pelos alunos, sendo que as viagens duram em média duas horas (5:30 a 7:30) a pé ou uma hora de bicicleta. Nesse período, o condutor tem a responsabilidade de conduzi-los de sua casa até a escola, mas nem todos os alunos dispõem da companhia do condutor, por isso viajam sozinhos.

Imagem 6 – Percurso realizado a pé



Fonte: Arquivo particular das pesquisadoras, 2016.

Imagem 7 – Percurso realizado de bicicleta



Fonte: Arquivo particular das pesquisadoras, 2016.

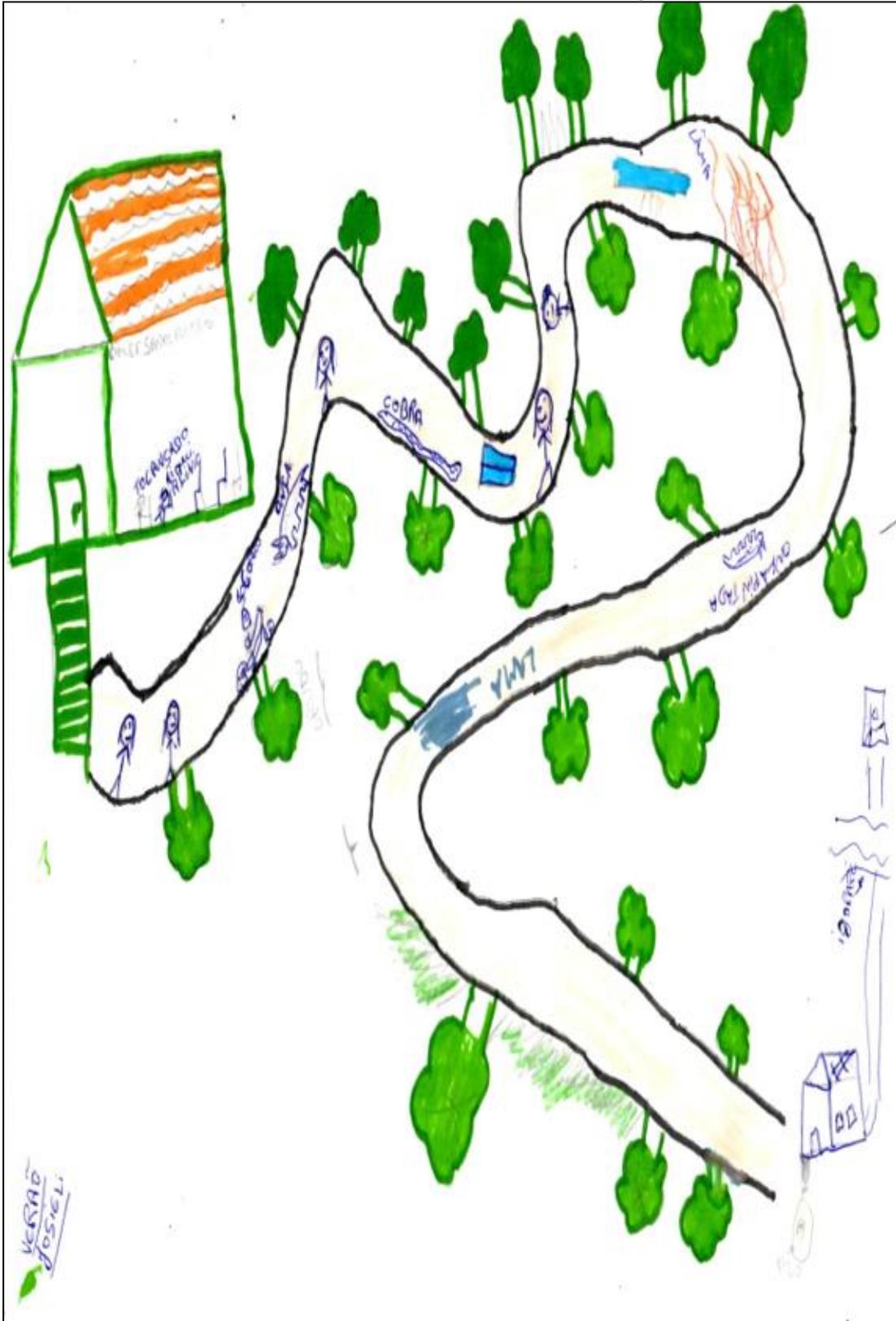
As imagens 6 e 7 mostram que os caminhos já passaram por uma limpeza, feita pelos próprios pais, para que os alunos possam trafegar com menos dificuldades. Diante disso, o professor 1 frisa que:

Mesmo o caminho limpo eles ainda chegam cansados, sujos de lama, desmotivados, com fome, pois muitas vezes saem sem o café da manhã, com esperança de encontrar lanche na escola, e a mesma fica maior parte do tempo sem merenda escolar. E isso faz com que eles se isolem dos outros colegas. E eles só vão retornar as suas casas por volta das 12h30min, dependendo da situação do caminho, podem demorar mais ou menos tempo.

As distâncias promovem o gasto de energia das crianças, que saem de casa cedo e sem se alimentar, porém a escola possui a oferta irregular da merenda: em parte do ano letivo os alunos não têm a merenda disponível, desestimulando bastante os estudantes a permanecerem na escola.

Os caminhos são bastante perigosos, as crianças correm risco de serem picadas por cobras, aranhas peçonhentas, escorpiões ou até de serem atacadas por onças. Isso é afirmado na fala do professor 2, ao relatar: “quase todos os dias quando eles chegam eles vêm contar para mim que viram uma cobra, escorpião, bois atravessados no caminho, e como são pequenos ficam com medo, até já teve casos de onças”. No desenho a seguir, a criança demonstra as dificuldades evidenciadas no caminho para a escola, dando destaque para a onça encontrada no percurso.

Desenho 2 – Alunos em seu trajeto



Fonte: Aluna 4º ano, 2017.

Na investigação foi descoberta, ainda, uma mãe que acompanha os filhos no trajeto até a escola; ela relatou:

Acompanho os meus filhos para ir à escola devido não ter transporte escolar pra eles, e o caminho é perigoso, eu tenho duas filhas que são muito pequenas e é muito longe, mas me falta tempo pra fazer as coisas de casa, porque já fico esperando a volta na casa de minha tia...

No desenho a seguir pode ser observado que a mãe traz uma criança pequena no colo, acompanhando seus filhos no trajeto para a escola. Ou seja, percebe-se que a situação vivenciada pelos educandos para chegar à instituição educacional é compartilhada pela família.

Desenho 3 – Alunos em seu trajeto



Fonte: Aluno 2º ano, 2017.

Portanto, as situações descritas pelos participantes da pesquisa, bem como demonstradas nas imagens e nos desenhos produzidos pelos alunos, não são adequadas, pois

tempos longos de viagem provocam cansaço e aborrecimento que podem afetar no aprendizado do aluno (BARAT *apud* PEGORETTI, 2005). O tempo de viagem pode influenciar no desempenho escolar dos discentes, uma vez que os desconfortos por longas caminhadas podem causar desgaste físico e emocional.

Segundo Mussi (1996), o conforto está relacionado com a sensação de bem-estar mental e físico da pessoa que está à vontade consigo mesma e com o seu ambiente. Entretanto, as situações vivenciadas pelos educandos no trajeto para a escola estão longe de proporcionar as condições descritas pelo autor, uma vez que chegar a escola muitas vezes se configura como verdadeiras aventuras, que exigem dos educandos muito esforço.

4 AS AVENTURAS E AS DESVENTURAS: O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM SOB OS OLHARES DE DOCENTES E DISCENTES

O processo de construção do conhecimento é elaborado pelo próprio aluno, sendo que cabe ao professor auxiliá-lo nessa construção. Para que o educador possa construir um processo de ensino-aprendizagem de qualidade ele precisa reconhecer o outro em toda sua complexidade, a partir de suas condições biológicas, sociais, culturais, afetivas, linguística, dentre outros.

O processo de ensino-aprendizagem promove o diálogo entre conteúdo curricular formal e os conteúdos das vivências, histórias e individualidades, tanto do professor quanto do estudante. Todo ato educativo depende em grande parte das características, interesses e possibilidades dos sujeitos participantes, alunos, professores, comunidades escolares e dos demais fatores envolvidos nesses processos. Assim, a educação se dá na coletividade, mas não perde de vista o indivíduo que é singular.

O processo de ensino-aprendizagem ocorre em todo momento e em qualquer lugar; a escola, por sua vez, é um palco onde ocorre o saber-fazer. O papel do professor é de dirigir e orientar a atividade mental dos alunos, de modo que cada um deles seja um sujeito consciente, ativo e autônomo.

Mediante ao exposto, considerou-se pertinente investigar os professores⁷, visando obter informações importantes sobre os reflexos da falta de transporte escolar e as implicações no processo de ensino-aprendizagem. Assim, ao interrogar os professores sobre que características os alunos apresentam após o trajeto percorrido até a escola, as respostas foram

⁷ A pesquisa foi realizada com três professores que trabalham na Escola Municipal Santo André, nomeados Professor 1, Professor 1 e Professor 3. A entrevista teve como base um roteiro com cinco perguntas, dirigidas aos docentes.

as seguintes: o professor 1 afirmou que “Os alunos chegam com características de cansaço”; o professor 2 mencionou que “Os alunos chegam muito cansados e fadigados da longa viagem até a escola”; já o professor 3 afirma que “Os alunos chegam cansados devido às embarcações serem pequenas e, por virem pilotando, também chegam molhados”.

Portanto, os educadores expõem as condições físicas às quais os alunos são submetidos, em virtude das condições do transporte e do percurso. Essa situação aumenta o abismo com relação a escolas que possuem boas condições de transporte e as que não possuem, ou tem sua oferta irregular. Nesse sentido, verifica-se que a acessibilidade, ou seja, a facilidade de acesso, não se efetiva através do quantitativo de vagas disponíveis na escola, mas na possibilidade das crianças chegarem à mesma e terem um percurso formativo de qualidade.

Nas últimas décadas foram fechadas, no Brasil, inúmeras escolas localizadas em comunidades rurais. Tal atitude tem sido justificada da seguinte forma, conforme mencionam Ferreira e Brandão (2012, p. 9):

[...] os poderes públicos municipais, movidos pela ideia de que a manutenção de centros de ensino no campo é economicamente insustentável para os cofres públicos, agrupam os alunos nas cidades, penalizando-os pelo transporte escolar, reduzindo o número de professores e servidores ligados às atividades de ensino e achatando salários.

O estatuto da Criança e do Adolescente assegura os direitos educacionais, por exemplo, o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (Art. 53). Dessa forma, quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade. O que se observa é que a realidade vivenciada por esses alunos os submetem a condições quase sub-humanas, com isso ferindo todos os direitos garantidos por lei. Ferreira e Brandão (2012, p. 5) afirmam que:

Constatamos no período entre 1995 a 2002, o fechamento de 20.958 estabelecimentos públicos de ensino da educação básica. Deste total, aproximadamente 17.947 escolas do campo foram fechadas, não incluindo as escolas que foram fechadas não oficialmente, não constando na computação dos censos escolares.

Essa situação obriga inúmeras crianças a permanecerem longo tempo no transporte, percorrendo inúmeras distâncias para se chegar as escolas mais próximas nas comunidades vizinhas ou na cidade.

O desenho de uma aluna do 3º ano representa seu estado físico ao chegar à escola, bem como as dificuldades enfrentadas no caminho da escola, conforme pode ser observado, a cobra, a lua e as estrelas, pois as crianças saem de casa ainda na madrugada.

Desenho 4 – Aluna após seu percurso



Fonte: aluna do 3º ano, 2017.

A imagem a seguir mostra uma das dificuldades pelo quais os alunos passam para terem acesso à educação: dependendo da época do ano, é comum que o embarque e desembarque sejam feitos na lama, devido às mudanças causadas nas margens, pela

correnteza e pelas variações entre períodos de seca e de cheia nos rios. Assim, o caminho se encontra com poças de lama, em que o caderno de uma aluna caiu, situação que dá visibilidade as dificuldades enfrentadas durante o trajeto até a escola.

Imagem 8 – Caderno após cair na lama



Fonte: Arquivo particular das pesquisadoras, 2016.

Ao prosseguir a investigação, posteriormente se perguntou aos professores sobre: você tem dificuldade em desenvolver os conteúdos das disciplinas? Quais? O Professor 1 respondeu que: “ministro a disciplina de geografia e ainda não encontrei dificuldades em desenvolver os conteúdos com esses alunos”. Já o Professor 2 falou: “sim, sinto dificuldades em desenvolver os conteúdos, pois os alunos faltam bastante”.

Ao analisar a fala do professor 2, o mesmo mencionou que tem dificuldades em desenvolver os conteúdos das disciplinas devido às faltas constantes dos alunos, isso dificulta o processo de ensino-aprendizagem. Sabe-se que a frequência do aluno é de suma importância para processar e acompanhar seu rendimento escolar. De acordo com Freitas (2005, p. 69), “Esses dados são indicadores da precariedade e das dificuldades de realização da educação para as populações do campo, o que, sem dúvida, compromete a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem de professores e alunos”.

Já o professor 3 frisou:

Sim, porque agora que eu comecei a trabalhar e estou com muitas dificuldades, pois a zona rural é bem diferente e mais difícil que a zona urbana, e o que eu estudei não corresponde com a realidade dos alunos da zona rural, mas estou buscando mais recursos para que eu possa desenvolver

de maneira bem clara, e da melhor forma possível, de acordo com as suas realidades para despertar mais interesse nos aprendizados dos alunos.

Diante da fala do professor 3 percebe-se que suas dificuldades são maiores, devido à rotatividade de professores das escolas da cidade para as escolas rurais, pois nem sempre estão preparados para trabalhar nesse contexto.

Nessas escolas, o trabalho docente tem pouca autonomia em face das questões políticas que envolvem o poder local e interferem na dinâmica das Secretarias de Educação, submetendo os professores a uma grande rotatividade (mudança constante de escola) em função de sua instabilidade no emprego. (HAJE, 2005, p. 50)

Ao prosseguir a investigação foi perguntado aos professores: você encontra dificuldades para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem, em função da falta de transporte escolar? O professor 1 responde: “Devido a eles não terem o transporte escolar eles faltam muito, e acabam perdendo muitos conteúdos e sentindo dificuldades em acompanhar os outros alunos”. De acordo com Freitas (2005), o transporte é o problema que mais dificulta o desenvolvimento da educação nas comunidades rurais, pois não há continuidade dos conteúdos ministrados e isto acarreta dificuldades no processo ensino-aprendizagem. Isto porque para que o educando seja um sujeito participativo é preciso que tenha condições adequadas de acesso à escola, além de encontrar no ambiente escolar educadores motivados, participativos e reflexivos; somente assim os estudantes podem se tornar sujeitos críticos e transformar sua realidade.

Já o professor 2 discorreu: “Sim, sinto dificuldades em desenvolver o processo de ensino aprendizagem, pois os alunos faltam bastante e quando eles vêm eu até trabalho de forma diferenciada, passando uma atividade extra”.

Entretanto, o professor 3 enfatizou que: “estou há pouco tempo dando aula para esses alunos, ainda vou fazer uma avaliação e se eles apresentarem dificuldades vou trabalhar com uma nova metodologia”.

Percebe-se nas falas dos professores 1 e 2 que a falta de transporte escolar influencia na permanência dos alunos na escola e no processo de ensino aprendizagem dos mesmos. Nesse sentido, é necessário garantir escolas próximas às casas dos estudantes e/ou que Estados e Municípios ofereçam um transporte escolar de qualidade para os discentes chegarem até a escola.

Observou-se que, nos desenhos produzidos pelos alunos, alguns são acompanhados por suas mães no percurso até a escola. Mediante essa situação, buscou-se saber os motivos pelos quais elas acompanham, uma das mães mencionou: “venho com eles para eles não virem sozinhos, trago o bebê por que não tenho com quem deixar, se não fizer isso eles não estudam”. Cabe ressaltar que essa mãe traz um bebê no colo, e que de baixo da chuva apenas ele está protegido pela sobrinha, as demais crianças, ficam desprotegidas, portanto, chegam molhadas na escola.

Desenho 5 – Alunos realizando o percurso



Fonte: Aluno do 1º ano, 2017.

Egami *et al* (2008, p. 3) afirma que “quanto maiores são as barreiras físicas e mais baixas a situação financeira do aluno, maior é a dependência do transporte para se chegar à escola. O não fornecimento de um meio de transporte pode acarretar no não comparecimento do professor e de muitos estudantes às aulas”. A rotina imposta aos estudantes diariamente, contribui para que os mesmos possam chegar atrasados na sala de aula, cansaço por acordar cedo, molhados pelas chuvas, bem como pelas mareas enfrentadas nos rios e igarapés da Amazônia.

Para evidenciar possíveis alternativas e possibilidades de ofertar o transporte escolar de maneira satisfatória, atendendo as peculiaridades locais, os professores foram interrogados sobre: o que pode ser feito para minimizar as dificuldades enfrentadas pelos alunos para chegar à escola? O professor 1 mencionou que “contratar um condutor para conduzir os alunos até a escola durante o inverno, e no verão duas motos resolveria o problema”.

O professor 2 pensa da mesma maneira que o professor 1, afirmando: “Deveriam contratar um transportador para esses alunos, mas que a solução ideal seria abertura de uma escola nessa comunidade”. Já o professor 3 acrescentou “Deveriam colocar um transporte escolar confortável para eles não cheguem tão cansados na escola”.

Observa-se a necessidade e obrigação do Poder Público em oferecer o transporte seguro e de qualidade, criando instrumento que tornem viáveis as determinações legais, com a finalidade de proporcionar acesso à educação e inclusão social àqueles que necessitam de suporte estatal. (PINHEIRO, 2013, p. 12)

A fadiga e o cansaço oriundos das longas distâncias percorridas pelos estudantes se refletem no comprometimento dos estudos, uma vez que um corpo e uma mente cansada dificilmente apresentam bom desempenho no processo de ensino-aprendizagem, o qual exige concentração e disposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A associação de diversos fatores, tais como as atividades desenvolvidas durante o itinerário percorrido, o esgotamento e a exaustão física, em virtude do deslocamento, são aspectos claramente revelados nas narrativas demonstradas nas imagens e desenhos, evidenciam que a falta de transporte prejudica o desempenho do aluno na escola.

Como demonstrado ao longo da pesquisa, a provisão de transporte escolar adequado à realidade das escolas ribeirinhas da Amazônia paraense é um dos grandes desafios a ser superado no âmbito das políticas públicas educacionais. É uma questão que vai além da garantia legal, uma questão de sensibilidade, de iniciativa e de determinação – a famosa “vontade política”.

O estudo deixa patente, também, o peso que a falta de oferta do adequado meio de transporte para os estudantes tem no seu desenvolvimento escolar, sendo a desmotivação (tanto do aluno quanto do professor) provocada pela falta de frequência, um dos impactos mais imediatos e perversos resultantes dessa situação.

O transporte escolar nas comunidades ribeirinhas possui suas especificidades. Assim, para promovê-lo na Amazônia paraense, em especial no município de Anajás, é necessário compreender a dinâmicas e dimensões territoriais, políticas e econômicas. Ao considerar a política de atendimento de transporte escolar promovida pela Secretaria Municipal de

Educação, constatou-se que ela está distante de atender as reais necessidades da comunidade de Santo André.

A realidade desta comunidade é fortemente influenciada pelas questões climáticas (sol muito forte no período de estiagem e excesso de chuvas no chamado inverno amazônico), bem como pela falta de infraestrutura adequada ao transporte escolar. Esta é materializada pelo não atendimento dos critérios estabelecidos pelo MEC, que estabelece que o transporte escolar deve estar rigidamente adequado às normas de segurança, não deixando de cumprir as regras estabelecidas, como coletes salva-vidas, coberturas nas embarcações, autorização e capacitação dos condutores feita pela Capitania dos Portos.

Além do transporte escolar ofertado não atender a tais requisitos, com certa frequência as crianças são expostas a situações perigosas ao trafegarem, ora de bicicleta ora a pé, pelas matas até chegarem à escola, correndo sempre o risco de acidentes e de ataque de animais.

Através deste estudo, espera-se que seja repensada a política de transporte escolar buscando entender às necessidades dos educandos da área ribeirinha, dando mais condições para uma educação de qualidade.

Como foi enfaticamente destacado, do ponto de vista legal, o transporte escolar adequado para as crianças – tanto das escolas rurais ribeirinhas quanto das demais – está assegurado; falta, então, a ação dos agentes envolvidos.

O estudo revela que o problema da falta de transporte adequado para os alunos da Escola Municipal Santo André é, de fato, um dos principais, entre tantos, entraves ao bom desempenho da aprendizagem das crianças daquela comunidade. Além disso, verificou-se o enfrentamento para a superação desses desafios, entre outras nuances, pelo reconhecimento do professor como agente de mudança e pela sensibilidade deste em relação às especificidades do meio em que atua.

Os alunos, quando chegam à escola esperam encontrar um professor dinâmico, afetivo e motivado, pois o trabalho pedagógico também deve ser diferenciado, trabalhando com a ludicidade e seriedade, carinho e acolhendo suas experiências e respeitando suas dificuldades para que os mesmos não percam o interesse pelo ensino. Sobre o professor recai, ainda, a tarefa de considerar que os educandos chegam cansados, desmotivados e, não raras vezes, exaustos das longas caminhadas ou viagens por rabetas, sendo, em muitas dessas, um dos alunos o próprio piloto.

Todos esses fatores combinados exercem forte influência na frequência e no processo de ensino aprendido dos estudantes. O transporte escolar merece a atenção da gestão pública, e se faz necessário um maior investimento na oferta desse serviço à comunidade.

Apesar de todo avanço na legislação nacional no tocante à garantia do direito à educação, muitas crianças que vivem no campo ainda são cerceadas de tais direitos, o que incide diretamente no acesso ao conhecimento. Isto contraria a Constituição Brasileira, que estabelece que seja garantido às pessoas em idade escolar o acesso, a permanência e o êxito nas instituições educacionais.

Portanto, relatar estes fatos e buscar evidenciar as dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes da Escola Municipal Santo André foi uma forma de tornar pública a realidade que muitas vezes é desconhecida e, desta forma, proporcionar uma reflexão sobre as condições e barreiras materiais que são impostas às crianças da Amazônia paraense nas comunidades ribeirinhas; condições estas enfrentadas cotidianamente pelos alunos ao se aventurarem pelos rios e matas para sonhar com um futuro melhor, com uma educação de qualidade e uma vida digna, que são um direito de todo cidadão brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Edielso Manoel Mendes de. **Educação Ribeirinha na Amazônia**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

BOSSI, A. Fenomenologia do olhar. In: NOVAES, A. (Org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069, 1990.

_____. **Diretrizes de Bases da Educação Nacional**. Lei 9394, 1996.

CASTRO, Jorge Abrahão de. **O processo de gasto público na área de educação no Brasil: o Ministério da Educação e Cultura nos anos 80**. 1997. 284 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.

CRISTO, Ana Claudia Peixoto. **Cartografias da educação na Amazônia rural ribeirinha: estudo do currículo, imagens, saberes e identidade em uma escola do município de Breves/Pará**, Belém: UFPA. Dissertação de Mestrado em Educação, Centro de Educação/UFPA, 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Fracasso escolar no Brasil: políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar**. Brasília: MEC, 2005. 40 f. Disponível em: <<http://www.porlainclusion.educ.ar/documentos/Brasil.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

EGAMI, Cintia Yumiko *et al.* **Panorama das Políticas Públicas do Transporte Escolar Rural**. Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes – CEFTRU. Brasília: Universidade de Brasília – UNB, 2008.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação e políticas de fechamento de escolas do campo**. 2012. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/educacao_e_politica.pdf>. Acesso em set 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Maria Natalina Mendes. Ensino de Ciências em Classes Multisseriadas: um estudo de caso numa escola ribeirinha. In: HAGE, Salamão Mufarreg (Org.). **Educação do campo na Amazônia**: retratos de realidade das Escolas Multisseriadas no Pará. Belém: Gutemberg Ltda, 2005.

GADOTTI, Moacir (Org.). **Paulo Freire**: uma bibliografia. São Paulo: Cortez, 1996.

GEIPOT - Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes. **Discussão dos aspectos mais relevantes do Transporte Rural Escolar**. 1999. Disponível em: <www.geipot.gov.br/estudos_realizados/transporte_rural/aspectos_relevantes.doc>. Acesso em mar. 2017.

HAGE, Salamão Mufarreg. Classes Multisseriadas: Desafios da educação rural no estado do Pará/ Região Amazônica In: HAGE, Salamão Mufarreg (Org.). **Educação do campo na Amazônia**: retratos de realidade das Escolas Multisseriadas no Pará. Belém: Gutemberg, 2005.

INEP - Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Cartilha do transporte escolar**. Brasília: INEP, 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOURA, Ana Paula Monteiro de; CRUZ, Rosana Evangelista da. A política de transporte escolar no Brasil. **XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**, Recife: UFPE, 2013. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simpósio26/1comunicacoes/AnaPaulaMonteirodeMoura-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em 20 abril 2017.

MUSSI, F.C. Conforto: revisão de literatura. **Rev. Esc. Enf.** v. 30, n. 2. São Paulo, 1996.

PERGORETTI, M. S. **Definição de um indicador avaliara a acessibilidade dos alunos na zona rural às escolas da zona urbana**. Dissertação de mestrado em engenharia urbana – Universidade de São Carlos, UFSCar, São Carlos, 2005.

PINHEIRO, Theo Goulart Bravo Santos. **Diagnóstico do transporte escolar rural público no município de Cachoeiro de Itapemim-ES.** Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de ciências Jurídicas e econômicas. Dissertação em Pós-Graduação. 2013.